

Trago uma boa notícia para os microempresários, que são responsáveis por 60% dos empregos gerados no País. Nos próximos dias, vou regulamentar a lei que altera o limite de isenção fiscal dessas empresas. O limite vai passar de 79 mil para 207 mil reais. Isso quer dizer que a microempresa que fatura, por ano, até 207 mil reais fica livre do pagamento do Imposto de Renda e do IPI.

Com o aumento do limite de isenção fiscal, novas empresas podem ser criadas. Isso é mais importante ainda agora, com os programas de demissões voluntárias das estatais e, também, dos governos estaduais e municipais, quando muita gente está querendo trabalhar por conta própria.

Precisamos facilitar o processo de abertura dessas empresas, liberando o alvará de funcionamento mais depressa, autorizando a abertura do negócio e dando um prazo para o novo empresário cumprir com toda a burocracia.

Além disso, com essa nova lei, nós vamos atender a uma antiga reivindicação do microempresário sobre a fiscalização. Agora, ela vai deixar de ser repressiva para ser educativa. Os fiscais do Governo vão ajudar, em vez de atrapalhar a vida desses empresários.

Existem no Brasil, atualmente, mais de 4 milhões de microempresas. A capacidade desses empresários é muito grande, mesmo com todas as dificuldades que enfrentam a partir do momento em que decidem abrir um negócio. Por isso, eles precisam de atenção especial.

Nós sabemos que a legislação atual pune os pequenos com a burocracia, com taxas e impostos. E nós sabemos que muitas dessas empre-

sas não têm, sequer, acesso à rede bancária. Já implantamos diversos programas para beneficiar o microempresário, programas como o de artesanato, o de estímulo aos pescadores, o de turismo, o dos pólos de exportação e o programa de geração de empregos, lançado no mês passado, para facilitar a liberação de dinheiro para essas empresas.

Agora, o Ministério da Indústria e do Comércio está desenvolvendo um projeto-piloto para implantar uma rede de integração empresarial, que vai facilitar a participação da micro e da pequena empresa no Mercosul.

Estamos, também, atendendo a uma outra reivindicação dos empresários: a criação do Conselho de Desenvolvimento das Microempresas, para empresas de pequeno porte e artesanato. Esse conselho vai assessorar o Governo.

Queremos fazer muito mais pelo microempresário. E, como quem entende de empresas é você, empresário, queremos contar com a sua ajuda. O Ministério da Indústria e do Comércio vai promover, em julho, um congresso nacional para definir uma nova política. As entidades que representam o microempresário devem se organizar para trazer a Brasília as suas reivindicações e suas sugestões. Queremos que micro e pequenos empresários de todos os Estados participem desse congresso.

Já temos contado com a ajuda, cada vez maior, de governadores e prefeitos, que, como eu, sabem que precisamos dar um apoio efetivo ao microempresário.

Sei que muitos deles passam por dificuldades por causa da taxa de juros, mas tenho certeza de que, com as medidas que estamos adotando, a situação do microempresário vai melhorar, e, com isso, nós criaremos mais empregos.